

Education at a Glance 2011

Indicadores da OECD

DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2011-en>

© OECD 2011



Sob embargo até 13 de setembro, 11h, horário de Paris

Relatório de País – Brasil

Quaisquer dúvidas, contate: Andreas Schleicher, Diretor da Divisão de Indicadores e Análises

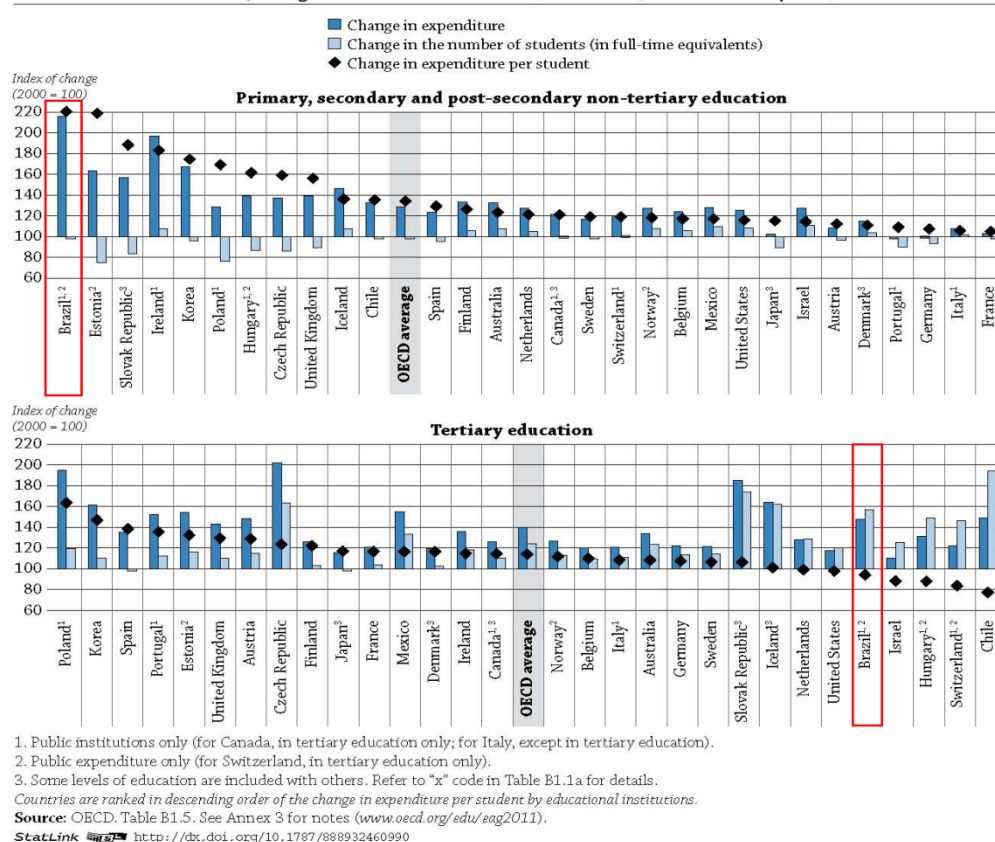
e-mail: Andreas.Schleicher@OECD.org Tel: +33607385464.

Por favor, visite nosso site: www.oecd.org/edu/eag2011

O Brasil fez um esforço significativo para aumentar o investimento em educação...

Os gastos por aluno da educação primária até o 2º ciclo da educação secundária aumentaram em torno de 121% entre 2000 e 2008 no Brasil. Esse foi o maior aumento entre os 30 países com dados disponíveis. No que se refere à educação terciária, o aumento não foi suficiente para acompanhar o crescimento no número de alunos. Embora os gastos com a educação terciária tenham aumentado em 48%, os gastos por estudante no mesmo nível educacional diminuiu em 6%, em razão dos gastos não acompanharem a expansão de 57% das matrículas (Quadro B1.6, abaixo, e Tabela B1.5). O Brasil gasta o equivalente a 106% do seu PIB *per capita* por estudante da educação terciária, apesar de os estudantes terciários representarem apenas 3% do total de estudantes matriculados, considerando-se todos os níveis educacionais combinados. Essa é a maior proporção entre os países (Tabela B1.4).

Chart B1.6. Changes in the number of students and changes in expenditure per student by educational institutions, by level of education (2000, 2008)
Index of change between 2000 and 2008 (2000 = 100, 2008 constant prices)



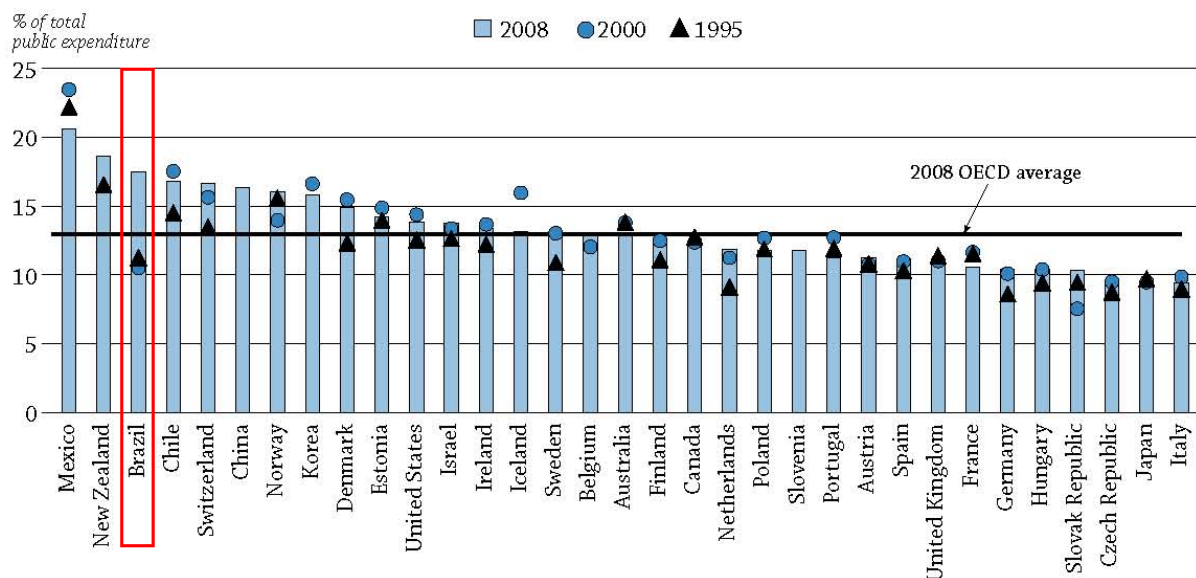
...mas o total do produto nacional investido em educação continua abaixo da média da OCDE.

Embora os gastos com instituições educacionais em termos de porcentagem do PIB tenham crescido 1,8 pontos percentuais no Brasil (de 3,5%, em 2000, para 5,3%, em 2008) – a maior alta entre os 32 países com dados disponíveis –, eles ainda estão ligeiramente abaixo da média da OCDE, que foi de 5,9% em 2008 (Tabela B2.1). No Brasil, educação primária e secundária são responsáveis por 77% dos gastos totais em instituições educacionais ou 4,1 do PIB combinado.

A educação é prioridade no Brasil, conforme mostram as significativas mudanças no financiamento público da educação.

Os gastos públicos em educação em relação ao percentual do gasto público total indicam em que proporção os governos priorizam a educação em relação a outras áreas de investimento. Embora o gasto público total seja responsável por uma parcela relativamente pequena do PIB *per capita* no Brasil, o maior aumento percentual em gastos no orçamento público total foi com gastos educacionais. Os gastos em educação em relação ao total dos gastos públicos cresceu de 10,5%, em 2000, para 17,4%, em 2008 – a terceira maior proporção entre os países com dados disponíveis (Quadro B4.1, abaixo, e Tabela B4.1).

Chart B4.1. Total public expenditure on education as a percentage of total public expenditure (1995, 2000, 2008)



Countries are ranked in descending order of total public expenditure on education at all levels of education as a percentage of total public expenditure in 2008.

Source: OECD. China: The national Statistics Bulletin on Educational Expenditure 2009. Table B4.1. See Annex 3 for notes (www.oecd.org/edu/eag2011).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932461142>

Mais estudantes brasileiros estão participando da educação secundária,...

O aumento do investimento do Brasil na educação primária e secundária levou a uma maior participação na educação secundária. Uma das formas de se medir a participação na educação é pelo número de anos em que, pelo menos, 90% dos alunos estão matriculados. Entre 2000 e 2007, esse número aumentou em 1 ano no Brasil, o que significa que mais de 90% dos alunos brasileiros passam, atualmente, pelo menos 9 anos na educação formal. Durante o mesmo período, a idade na qual a educação compulsória termina passou dos 14 para os 17 anos (Tabela C1.1).

Mas os esforços não foram somente para manter os jovens na educação por mais tempo, os brasileiros mais velhos estão participando relativamente mais da educação também. 8,6% das pessoas entre 30 e 39 anos estão matriculadas, esse percentual está acima da média da OCDE, que é de 6,2%. Entre a população de mais de 40 anos, 2,5% está matriculada em alguma instituição educacional, enquanto a média dos países da OCDE é de 1,5% (Tabela C1.1a). Os programas de educação de jovens e adultos têm uma grande representatividade entre os programas do 2º ciclo da educação secundária. Em torno de 10% dos graduandos dos programas de 2º ciclo da educação secundária no Brasil têm 25 anos ou mais (Tabela A2.1).

... houve um aumento substancial no número de pessoas que concluíram o 2º ciclo da educação secundária...

Comparando-se a população entre 25 a 34 anos e 55 a 64 anos, percebe-se um grande progresso no número de pessoas que concluiu o 2º ciclo da educação secundária no Brasil. A proporção entre o grupo

mais jovem que possui pelo menos o 2º ciclo da educação secundária concluída é 28 pontos percentuais maior que a do grupo mais velho – a 10ª maior diferença entre os 35 países com dados disponíveis (Tabela A1.2a).

... e o Brasil está lentamente alcançando os países da OCDE no que se refere à conclusão da educação secundária e terciária.

Em 2007, 63% das pessoas entre 25 e 64 anos não haviam completado o 2º ciclo da educação secundária e 27% haviam completado o mesmo nível educacional. Em 3 anos, a proporção de adultos que não completou o 2º ciclo da educação secundária caiu para 59% e a proporção dos que concluíram a educação secundária subiu para 30% (Tabela A1.4). Contudo, esse percentual ainda está abaixo da média dos países da OCDE (44%).

Entre 2007 e 2009, a proporção de pessoas de 25 a 64 anos com a educação terciária concluída aumentou apenas 1 ponto percentual (indo para 11%) – uma taxa mais baixa do que a média dos países da OCDE. Entretanto, dado o tamanho da população do País, isto significa, em números absolutos, mais de 10 milhões de pessoas. Desse modo, o Brasil possui 4,1% do total da população com educação terciária dos países da OCDE e do G20, representando o 7ª maior percentual entre os 40 países com dados disponíveis (Tabela A1.3a). Contudo, como o Brasil possui níveis de conclusão da educação terciária menor do que a média da OCDE, se os baixos níveis de conclusão desse nível educacional forem mantidos na população entre 25 e 34 anos, a proporção de adultos com educação terciária poderá ficar bem atrás dos países da OCDE.

Os brasileiros sem qualificação de base têm mais dificuldades de entrar no mercado de trabalho,...

Mesmo nos melhores momentos, a transição da educação para o mercado de trabalho é um processo complexo, uma vez que é afetada por variáveis como quantidade e qualidade do ensino recebido, tradições nacionais, estado do mercado de trabalho, condições econômicas e demográficas. 30,1% dos brasileiros entre 15 e 19 anos não estão na educação. Desses, 16,1% estão empregados, 4,3% estão desempregados e 9,7% não estão na força de trabalho. Esse último grupo é o que apresenta a situação mais preocupante, já que eles apresentam risco particular de receber pouco ou nenhum suporte do sistema de bem-estar social. (Tabela C4.2a).

A população brasileira mais educada de 15 a 29 anos tem menor probabilidade de estar desempregada. Entre a população dessa faixa etária que está fora do sistema educacional, 6,2% dos graduados da educação terciária estão desempregados. Encontram-se na mesma situação 10,2% dos jovens que possuem o 2º ciclo da educação secundária e 5,58% dos que não possuem esse nível educacional (Tabela C4.3). A baixa taxa de desemprego entre aqueles que não concluíram o 2º ciclo da educação secundária é explicada pelo fato de que esse grupo tem maior probabilidade de não estar nem na força de trabalho, nem procurando emprego, assim não são capturados pelos dados sobre desemprego. De fato, no Brasil, 26% dos jovens entre 15 a 29 anos que não estão estudando e não concluíram o 2º ciclo da educação secundária também não estão na força de trabalho. Encontram-se na mesma situação 15% dos que

concluíram o 2º ciclo da educação secundária e 6% dos que concluíram a educação terciária (Tabela C4.3).

A falta de uma qualificação de 2º ciclo da educação secundária é um sério impedimento para encontrar emprego. Brasileiros jovens sem o 2º ciclo da educação secundária concluído e que não estão estudando estão 21 pontos percentuais menos propensos a encontrar um emprego (Tabela C4.2d).

...onde a demanda por profissionais com o 2º ciclo da educação secundária e educação terciária continua forte...

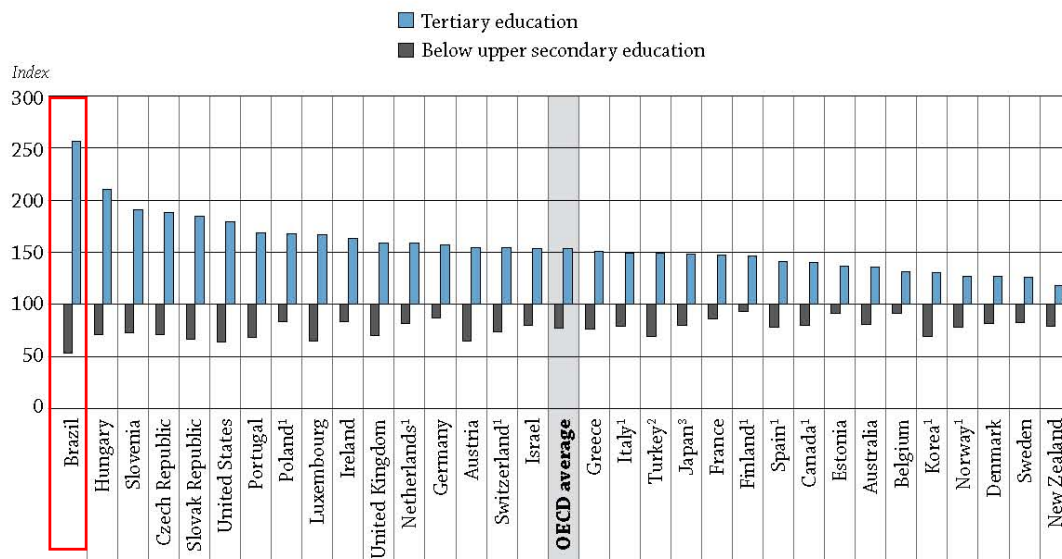
Embora o Brasil esteja abaixo da média no que se refere à parcela de adultos com o 2º ciclo da educação secundária e educação terciária (30% e 11%, respectivamente), a taxa de emprego entre esses adultos (77,4% e 85,6%, respectivamente) é maior que a média dos países da OCDE. Houve uma pequena queda de menos de 0,5 pontos percentuais na taxa de emprego entre 2008 e 2009, entretanto a recessão econômica não afetou o mercado de trabalho no Brasil na mesma proporção que a maioria dos países da OCDE. Nesses países, a taxa de emprego entre pessoas com o 2º ciclo da educação secundária e educação terciária caiu, em média, quase dois pontos percentuais e um ponto percentual, respectivamente (Tabelas A1.4 e A7.3a).

...e onde o aumento dos rendimentos daqueles que concluíram a educação terciária é o maior entre todos os países examinados.

Os incentivos financeiros para os que completarem níveis mais elevados de educação podem motivar os alunos a adiar planos de consumo imediato para obter ganhos futuros. A conclusão da educação terciária traz benefícios econômicos substanciais para os indivíduos. Em média, entre os países da OCDE, um indivíduo que concluiu a educação terciária tem a probabilidade de receber 50% ou mais que uma pessoa com o 2º ciclo da educação secundária concluído. No Brasil, esse aumento no rendimento é de 156%, o mais alto entre todos os países, o que constitui um incentivo sólido para se concluir níveis educacionais mais altos. Essa vantagem se aplica tanto para homens quanto para mulheres (Tabela A8.2 e Tabela A8.4). 68,2% dos indivíduos que completaram a universidade ou um programa avançado de pesquisa também ganham duas vezes mais que a média de um trabalhador no Brasil.

Em contrapartida, a pena imposta àqueles que não completaram o 2º ciclo da educação terciária é rigorosa no Brasil, uma vez que indivíduos sem esse nível educacional receberam apenas 53% dos rendimentos dos graduados desse mesmo nível (a média entre os países da OCDE é de 77%). No Brasil, 29% dos que não concluíram o 2º ciclo da educação secundária ganham menos da metade da média salarial e apenas 8% desses indivíduos têm rendimentos duas vezes maiores que a média nacional (Quadro A8.1 abaixo e Tabelas A8.2 e A8.4).

Chart A8.1. Relative earnings from employment by level of educational attainment for 25-64 year-olds (2009 or latest available year)
Upper secondary and post-secondary non-tertiary education = 100



Note: Belgium, Korea and Turkey report earnings net of income tax. The Czech Republic, Hungary, Luxembourg, Poland, Portugal and Slovenia report earnings excluding data for individuals in part-time work. Hungary, Luxembourg, Poland and Slovenia also exclude data on part-year earnings.

1. Year of reference 2008.

2. Year of reference 2005.

3. Year of reference 2007.

Countries are ranked in descending order of the relative earnings of 25-64 year-olds with tertiary education.

Source: OECD. Table A8.1. See Annex 3 for notes (www.oecd.org/edu/eag2011).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932460515>

Os empregadores brasileiros pagam um alto preço por trabalhadores qualificados...

Como os países se saem no mercado de trabalho mundial não depende apenas das habilidades disponíveis em sua força de trabalho, mas também do preço cobrado por essas habilidades. Os países da OCDE enfrentam crescente competição no segmento de pessoas com reduzidos níveis de habilidade e, mais recentemente, também no segmento de pessoas com médias habilidades. Mas mesmo nesses níveis, muitos países mantêm uma vantagem competitiva por meio de avanços tecnológicos, inovação e investimentos de capital que impulsionam os níveis de produtividade. Conforme a mobilidade da mão-de-obra aumenta, torna-se mais importante encontrar o equilíbrio certo entre fomentar a equidade global nas sociedades e oferecer fortes incentivos econômicos para atrair e manter os trabalhadores qualificados.

O Brasil tem, em média, custos do trabalho e ganhos anuais brutos menores que os países da OCDE. Os ganhos brutos anuais de um trabalhador em tempo integral de 25 a 64 anos que não concluiu o 2º ciclo da educação secundária é de apenas 4 840 dólares americanos. Para um trabalhador nessa faixa etária que concluiu esse mesmo nível de ensino é de 8 354 dólares americanos e para o que concluiu a educação terciária é de 20 706 dólares americanos (Tabela A10.1).

... particularmente aqueles que também têm experiência de trabalho.

Alguém entre 45 e 54 anos de idade com o 2º ciclo da educação secundária concluído e experiência de trabalho pode esperar um adicional bruto de 65%, ou 4.255 dólares americanos por ano, comparado a um recente concluinte entre 25 e 34 anos de idade. A diferença dos rendimentos anuais brutos entre trabalhadores com e sem experiência é significativamente maior no Brasil do que em outros países da OCDE, onde a diferença média é de 27%. De forma similar, alguém com nível terciário e experiência de trabalho pode esperar receber um adicional bruto de 62%, ou 9.850 dólares americanos por ano, comparado a um recente concluinte do mesmo nível (Tabela A10.2 e Tabela A10.4).

O Brasil possui um sistema bem estabelecido de accountability de performance...

Desde 1993, o Brasil utiliza avaliações nacionais para fornecer *feedback* sobre a melhoria do ensino e determinar o desempenho relativo dos estudantes. As avaliações nacionais são elaboradas e corrigidas pelo governo central e são obrigatórias para as escolas públicas nos níveis primário e secundário (1º e 2º ciclos). Tanto matemática quanto língua nacional, ou língua de ensino, são cobertas nas avaliações. Os resultados das avaliações nacionais (particularmente, o nível de desempenho para o ano mais recente) são compartilhados com diretores de escola, professores, pais, estudantes e imprensa, além das autoridades educacionais.

No entanto, o Brasil não utiliza exames nacionais em nenhum nível do sistema escolar, ao contrário da maioria dos países com dados disponíveis. (Tabelas D5.1a,b,c e D5.2a,b,c).

...e accountability de mercado.

As famílias brasileiras geralmente têm o direito de escolher entre as escolas públicas, onde o financiamento segue o estudante quando ele muda para outra escola. Escolas privadas também podem competir pelos estudantes no Brasil. Créditos tributários são disponibilizados para ajudar as famílias, reduzindo os custos com as escolas privadas (tabela D5.5).

Em resultados educacionais, o Brasil tem alto nível de vulnerabilidade.

O percentual de estudantes de 15 anos de idade vulneráveis – aqueles com pontuação em leitura abaixo do nível 2 de proficiência em leitura do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) – está em torno de 50%, comparado a uma média de 19% entre estudantes de países da OCDE. O risco de alcançar essa baixa pontuação foi 1,5 vezes maior para estudantes com desvantagem de origem sócio-econômica, 1,3 vezes maior para os meninos em relação às meninas e 1,3 maior para estudantes cujos pais têm baixo nível de escolaridade. Embora o risco relativo de ter baixa pontuação em leitura possa ser associado ao status de imigrante (1,9 vezes maior), comparativamente poucos estudantes no Brasil são imigrantes (0,8%), dessa forma, a redução na vulnerabilidade que poderia ser obtida alcançando igualdade para esse grupo é pequena.

Outras conclusões

- O tamanho médio das turmas no Brasil é maior que o da média da OCDE, mas próximo à média do G20; e a diferença do tamanho das turmas entre escolas públicas e privadas é especialmente marcante.

	Brasil	Média OCDE	Média G20
Tamanho da turma, primário (em número de estudantes)	25	21	24,5
Diferença entre o tamanho médio da turma em escolas públicas e privadas (nível primário, em número de estudantes)	+8,8	+0,9	+1,8
Tamanho da turma, primeiro ciclo do secundário (em número de estudantes)	29,5	24	26,6
Diferença entre o tamanho médio da turma em escolas públicas e privadas (primeiro ciclo do secundário, em número de estudantes)	+5,2	+0,7	+1,8

Classificação Internacional Padronizada da Educação – ISCED97

- A Classificação Internacional Padronizada da Educação de 1997 (ISCED97), define sete níveis educacionais.

Correspondência entre os níveis educacionais do ISCED97 e o Sistema Educacional Brasileiro

Níveis do ISCED 97	Sistema Educacional Brasileiro (atual)
ISCED 0 (<i>Pré-primary level of education</i>) Educação Pré-primária - a partir de 3 anos de idade	Creche e Pré-escola (a partir de 3 anos de idade)
ISCED 1 (<i>Primary level of education</i>) Educação Primária	Ensino fundamental de 1ª a 4ª série, 1º a 5º ano ou equivalente
ISCED 2 (<i>Lower secondary level of education</i>) 1º nível da educação secundária	Ensino fundamental de 5ª a 8ª série, 6º a 9º ano ou equivalente
ISCED 3 (<i>Upper secondary level of education</i>) 2º nível da educação secundária	Ensino médio
ISCED 4 (<i>Post-secondary non-tertiary</i>) Pós-secundário não-terciário	<i>(Não se aplica ao Brasil)</i>
ISCED 5 (<i>First stage of tertiary education</i>) Primeiro estágio da educação terciária	Educação terciária tipo B (Educação Superior em Tecnologia)
	Educação terciária tipo A (demais cursos de graduação – excluindo-se os cursos seqüenciais e os de especialização <i>lato sensu</i> – mestrado e mestrado profissional)
ISCED 6 (<i>Second stage of tertiary education leading to an advanced research qualification</i>) – <i>doctoral and post-doctoral degrees</i> (Segundo estágio da educação terciária, levando a qualificação avançada para pesquisa) – doutorado e pós-doutorado.	Pós-graduação (<i>stricto sensu</i>): doutorado.